



ONTEM E HOJE: habitação para quem?

YESTERDAY AND TODAY: housing for whom?

Jorge Vinícios Silva Gondim

Universidade Federal do Piauí (UFPI)

RESUMO

O texto abaixo discute a habitação no Brasil, recortando como tema a trajetória das políticas habitacionais no país, do BNH ao atual momento. Como metodologia, foi realizada revisão de literatura, articulada com levantamentos em jornais digitais. Destarte, o papel do Estado como provedor direto de habitações para faixa de interesse social é apontado, indagando “Habitação para quem?”. Nesse processo foram constatados elementos relevantes para a reflexão dos rumos da política habitacional no Brasil. Questões de caráter sócio-político, econômico e jurídico, aludem que os impactos ocasionados pelas crises repercutem diretamente nas intervenções de programas habitacionais, especialmente no campo da habitação de interesse social. Com isso, a peleja histórica para que normas e diretrizes asseguradas nas Políticas e Planos habitacionais, sejam afiançadas e seus preceitos firmados, são uma constância na realidade contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Habitação. Brasil. Urbanização.

ABSTRACT

The text below discusses the housing in Brazil, cutting as a theme the trajectory of housing policies in the country, from BNH to the current moment. As methodology, a literature review was carried out, articulated with surveys in digital newspapers. Thus, the role of the State as direct provider of housing for social interest is pointed out, asking "Housing for whom?". In this process were found relevant elements for the reflection of the directions of the housing policy in Brazil. Social, political, economic and legal issues allude that the impacts caused by crises have a direct impact on the interventions of housing programs, especially in the field of social housing. With this, the historical struggle for the norms and guidelines established in the Housing Policies and Plans, to be secured and its precepts signed, are a constancy in contemporary reality.

KEYWORDS: Housing. Brazil. Urbanization.

1 INTRODUÇÃO

O processo de urbanização no Brasil generalizou-se, especial e espacialmente na metade do século XX, deixando como marca histórica o caráter excludente, notadamente nas regiões classificadas como atrasadas como o Norte e o Nordeste brasileiro.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



Em meio ao complexo processo instaurado no território nacional, insere-se o papel do Estado como provedor direto das demandas e necessidades da população – mais pobre. A intervenção do poder público nas áreas urbanas, sobretudo, desvelou e ainda desvela um caráter fragmentado e pontual de suas ações, sobremaneira no que tange à questão da habitação e do acesso à terra urbana. Sobre esta última, Maricato (2011, p. 186) pontua que, [a terra urbana] continua a ser o centro dos conflitos sociais e “[...] ainda alimenta a profunda desigualdade – ainda que haja a recente pequena distribuição de renda – e a tradicional relação entre propriedade, poder político e poder econômico”.

Nessa ótica, o papel desempenhado pelas políticas habitacionais - sobretudo na provisão de habitação social - é central para o estabelecimento de nexos entre pobreza e moradia, ampliando assim, a compreensão do panorama urbano atual, sendo ele permeado por profundas desigualdades de cunho social, político, jurídico e econômico.

Destarte, o objetivo do estudo é tecer considerações acerca da urbanização brasileira e as políticas habitacionais nos diversos períodos da história brasileira – especificamente pós 1964. Para tanto, como metodologia, foi realizada uma revisão de literatura na busca da apreensão do complexo processo de articulação entre Estado, Urbanização e Política Habitacional.

O texto está dividido em duas partes, além da introdução e considerações finais. A divisão possibilita uma melhor apreensão da dimensão do objeto de pesquisa, bem como a ampliação dos debates propostos.

2 URBANIZAÇÃO E ESTADO BRASILEIRO: notas ainda introdutórias

No último levantamento demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 2010), o Brasil apresentou uma população total de 190.755.799 habitantes e densidade demográfica de 23,8 hab/km², sendo 51,03% mulheres - estando sua maioria nas grandes capitais do Sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte), Sul (Curitiba e Porto Alegre) e Nordeste (Recife, Fortaleza e Salvador). Desse total, 160 milhões estão inseridos nas áreas urbanas, um número que vem evoluindo ao longo dos anos, tendo em vista que na década atual, a população, brasileira e mundial, passa de forma majoritária a ser urbana (MARICATO, 2011). Nesse sentido, a taxa de urbanização brasileira vem demonstrando notáveis variações desde as décadas do século XX, especialmente em seus meados, com o processo de industrialização e forte êxodo rural no país.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



A urbanização e crescimento das cidades no país não é um fenômeno novo, nem emerge apenas em meados do século XX. Santos (2008) elucida que ainda no século XVI o território brasileiro começa a se organizar de formas particulares. O autor pontua que no decorrer dos séculos (XVI e XVII), diversas foram as vilas e cidades fundadas, dentre elas a Cidade de Olinda em Pernambuco.

Conforme o autor supracitado, mesmo com o crescimento das vilas e cidades nos séculos anteriores, é a partir do século XVIII, que a urbanização se desenvolve no Brasil. Nesse período, chama-se atenção para as relações que eram estabelecidas com o meio, onde os grandes latifundiários encontravam nas emergentes cidades seu refúgio, apenas retornando ao campo no período de colheita e moenda da cana-de-açúcar. Porém, foi preciso mais um século para que “[...] a urbanização atingisse sua maturidade, no século XIX, e ainda mais um século para adquirir as características com as quais conhecemos hoje” (SANTOS, 2008, p. 22).

Para o sociólogo pernambucano Francisco de Oliveira (1982), que exalta a importância das cidades no período colonial e imperial, a urbanização avança a passos largos nos séculos XVIII e XIX. Em diálogo com o pernambucano, Maricato (2003, p. 151), assevera que “[...] as metrópoles tinham uma importância especial por seu papel como lugar de financiamento e comercialização dos bens primários exigidos pelo mercado europeu”.

É com a emergência da mão-de-obra livre em 1888, que o processo de urbanização e industrialização caminham juntos. Essa característica também demarca a diferença entre a fase monopolista do capitalismo europeu, pois a mesma foi caracterizada pela formação de um exército industrial de reserva, ou de trabalhadores livres expropriados de seus já precários postos de trabalho (OLIVEIRA, 1982), considerando que as configurações do capitalismo em terras brasileiras, foram balizadas de forma peculiar, desde o período colonial com os interesses europeus em terras tropicais.

Adentrando-se no século XX, são notáveis as ações do governo que visavam à evolução industrial, e conseqüentemente urbana, nos grandes centros urbanos. Nesse período, as cidades brasileiras eram vistas como “[...] a possibilidade de avanço e modernidade em relação ao campo que representava o Brasil arcaico”. (MARICATO, 2003, p. 151). A industrialização então é o ponto de partida para a generalização da urbanização no país. É por meio dela que é percebida a evolução urbana do ponto de vista qualitativo e quantitativo, especialmente em grandes polos emergentes (MARICATO, 2003; 2011; SANTOS, 2008).

Noal e Janczura (2011, p. 159), pontuam que a expansão do capitalismo e a industrialização entre nós, foram responsáveis por diversas mazelas, pois “[...] foi justamente



nesta época de explosão capitalista que a sociedade começa a sentir os efeitos da relação entre a questão da habitação e a industrialização nascente [...]”.

Mesmo que de forma singular e, ao mesmo tempo particular, a industrialização criou efetivamente um adensamento urbano nunca antes visto que pôde ser sentido e projetado de diversas maneiras. De um lado pelos burgueses e o Estado capitalista, em seus lucros e investimentos; de outro, pela massa de operários que chegam do campo, destinados a morar nos grandes aglomerados urbanos, sem condições básicas de saúde e moradia. Haja vista que “[...] a urbanização é uma forma de absorver excedente de capital” (HARVEY, 2011, p. 75).

Os anos e décadas que se passam, são marcados pela relação estabelecida entre o Estado – como provedor direto de demandas de classe – e as reivindicações do operariado oriundo, sobretudo, das crescentes indústrias. Questões de caráter estrutural, econômico, político e jurídico, passam a ser gestadas no seio urbano: o crescimento das favelas, o agravamento da crise habitacional, o adensamento das desigualdades e exclusão social, criminalização dos pobres e da pobreza e a multiplicação dos sujeitos empobrecidos nas grandes cidades, são alguns dos exemplos que podem ser citados (GONDIM, 2017).

Com isso, concorda-se com Maricato (2003, p. 151), ao apontar que a urbanização que se generalizou no século XX, “[...] não superou algumas características dos períodos colonial e imperial, marcados pela concentração de terra, renda e poder, pelo exercício do coronelismo ou política do favor e pela aplicação arbitrária da lei”.

Desta forma, a rápida Urbanização brasileira, especialmente na entrada do século XX, direciona as análises ao crescente processo de empobrecimento dos trabalhadores que ali chegavam como decorrência, sobretudo, da crescente industrialização que o país vivenciava especialmente nas décadas posteriores a 1930. Dito isso, é válido lembrar que o processo não foi sentido apenas no aumento do êxodo rural, mas também da radicalização da pobreza e crescimento dos pobres urbanos nas cidades (PEREIRA, 2008).

3 POLÍTICA HABITACIONAL E PARTICULARIDADES DA HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Diversos são os estudos e pesquisas que demarcam o surgimento de legislações e políticas de recorte social no Brasil, especialmente aquelas que se direcionam ao campo da habitação popular/social. Dentre tais estudos, destacam-se as análises de Azevedo (1988), que

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



ao tratar da habitação popular no Brasil, elucida que a década de 1930 é um fecundo ponto de partida para pensarmos as ações do Estado no âmbito social.

Nesse contexto de parca legislação e intervenções do governo no âmbito da habitação popular, o Estado não tinha como objetivo central a melhoria das condições de moradia da classe mais pobre, mas objetivava afastar – dos olhos das elites/oligarquias – as favelas, os cortiços e os mocambos, classificando estes locais como áreas de marginalidade, criminalidade e prostituição, sendo assim, as áreas deveriam ser isoladas ao máximo, evitando a proliferação de mazelas sociais (AZEVEDO, 1988, p. 107).

Com isso, percebemos que as primeiras ações interventivas do Estado no âmbito da habitação popular, objetivavam mostrar para a população pobre a preocupação e atenção do governo no que consentia ao problema habitacional crescente, o que foi evidenciado anos depois como a criação do BNH (AZEVEDO, 1988; GOMES *et al.*, 2003).

Segundo Azevedo (1988) a primeira ação efetiva do Estado na provisão de habitação popular foi em 1946, com a criação da Fundação da Casa Popular (FCP). Nas palavras do autor, com a institucionalização da Fundação por meio do Decreto-Lei nº 9.218 de 19 de março de 1946, observamos no Brasil o comprometimento legal do governo com a população pobre no que tange o direito à moradia.

Com o golpe militar de 1º de abril de 1964, a FCP passou a ser considerada como uma instituição meramente burocrática e irrecuperável, considerada pelos dirigentes do governo como uma ação ligada aos direcionamentos do antigo regime nacional (AZEVEDO, 1988).

Portanto, uma das principais motivações que levaram a criação do BNH, estava ligada à ordem política, pois além de romper com as características do regime anterior, o desempenho na produção de moradias aproximaria o regime dos largos setores populares da sociedade, aumentando a legitimidade política do governo (AZEVEDO, 1988).

Durante o funcionamento, o BNH financiou mais de 4,8 milhões de moradias, algo em torno de 25% do total de habitações construídas no país entre os anos de 1964 – 1986. Embora críticas sejam feitas, devemos sempre considerar que o banco teve papel fundamental, pois durante a vigência do banco, o país teve uma efetiva Política Nacional de Habitação. Ressaltamos que as ações não se desenvolveram sem críticas, sendo a principal delas o direcionamento das ações para os indivíduos que eram atendidos e os locais de construção das moradias para a população de baixa renda. (RUBIN; BOLFE, 2014).

Com o fim o BNH em 1986, a política habitacional passa por um enorme vazio de ações. A habitação social deixa de ser pauta central nas ações governamentais. Mesmo com a



Constituição Federal de 1988, estipulando a moradia como direito basilar, só obtemos um avanço qualitativo no campo citado, após a promulgação do Estatuto das cidades em 2001.

Entretanto, é com a criação do Ministério das Cidades (MCidades) (2003), que a política de habitação voltou a receber atenção e ser priorizada como uma política de governo, incluindo a possibilidade de articulação da moradia com outros serviços, como saneamento básico e mobilidade urbana (ANDRADE, 2015). Além do ministério, também destacamos outros avanços no campo da habitação, a exemplo da instituição da Política Nacional de Habitação (2004), do estabelecimento da lei federal nº 11.124 de 16 de junho de 2005 que institui o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e a elaboração e aprovação do Plano Nacional de Habitação (PlanHab), em 2008, em meio a fecundos debates com setores diversos da sociedade, sendo estes protagonistas de muitos avanços relativos a questão.

Mas até agora discorremos sobre política e a situação da habitação, dentro de uma perspectiva histórica. Mas como se deu a priorização/criação das ações de impactos no referido campo? Essa é a questão que construiremos agora, tentando observar como a produção de moradias se projetou e se consolidou no país.

3.1 Habitação para quem?

Os anos que se passaram foram decisivos para política habitacional no país, ou melhor, para as ações concernentes à habitação social. A partir de 2007, o governo federal começou a priorizar algumas ações de impacto (ANDRADE, 2015), sendo a principal delas o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Na versão oficial, o programa voltava-se para o campo da infraestrutura social, logística e energética.

Remando contra a maré da crise internacional, o então presidente Luís Inácio Lula da Silva (Lula), em resposta a crise, adotou políticas de cunho *Keynesiano*, sustentando os investimentos públicos e atendendo os setores mais atingidos com a recessão (CARDOSO, 2016), especialmente a construção civil que teve papel decisivo no campo da habitação.

Na perspectiva de investir e avançar contra a crise, mas ao mesmo tempo respondendo às demandas populares por moradia, é lançado em 2009, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), carro chefe na produção habitacional no país pós-BNH. O que nos chama a atenção é o caráter mercadológico do programa tendo, segundo Cardoso (2016, p. 03) “[...] o objetivo de criar condições de ampliação do mercado habitacional para atendimento das famílias com

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



até 10 salários mínimos”. Dessa forma, o governo almejava impactar “[...] a economia através dos efeitos multiplicadores gerados pela indústria de construção”. Com isso, já é nítida a participação do setor privado nessa nova “política urbana”, ou melhor, novo “mercado de moradias”.

Em meio ao desenvolvimento do PMCMV, a participação do setor privado e o esvaziamento do protagonismo do setor público entram em pauta. A articulação do Estado com os setores diversos da construção civil⁴ vai de encontro aos princípios estabelecidos em documentos legais, como a Política e Plano Nacional de Habitação, e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, obscurecendo debates e reivindicações travados pelos movimentos populares em prol de uma política urbana que garantisse, não apenas a moradia, mas o efetivo Direito à Cidade.

No entanto, na contramarcha das críticas, o governo avaliou as ações desenvolvidas pelo programa como positivas, tendo os objetivos econômicos e políticos respondidos, bem como a resposta às demandas históricas por moradia (CARDOSO, 2016). Esses elementos abriram espaço para a criação do PMCMV 02, que veio a ser criado em 2011, mas que caminhou a passos mais lentos, comparado ao primeiro.

Diversas críticas começaram a ser feitas à segunda versão do programa, especialmente no quesito da qualidade dos habitacionais e a questão da localização. Nesse sentido, concordamos com Cardoso (2016), ao aludir que o programa está estruturado sobre um modelo de mercantilização da moradia, priorizando a transferência do bem para o dono, o que abre espaço para a venda e o repasse dos imóveis, especialmente para as faixas mais elevadas atendidas pelo programa.

Sob a ótica da localização, o fator da terra é tomado como central, pois nas cidades “[...] não se escolhe um local de moradia em função da fertilidade do solo, mas sim por proporcionar as condições de reprodução das classes sociais enquanto tais” (RIBEIRO; SIMIONATTO, 2015, p. 62). Esse ponto ainda levanta diversas discussões, notadamente quando indagamos: se a articulação do setor público com setores da construção civil possibilita uma autonomia do segundo em relação à escolha do material, mão de obra e local de construção dos habitacionais, como fica a produção das moradias para as faixas 01 - caracterizadas como a demanda social do programa?

Para sanar essa dúvida, devemos recorrer a um tema demasiado debatido nos campos do planejamento e desenvolvimento urbano, que é a elevação do preço da terra e a busca por terrenos mais baratos para a construção dos habitacionais para a população de renda mais baixa. Essa combinação resulta, conforme Cardoso (2016, p. 04), na elaboração de projetos

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



habitacionais em áreas periféricas, “[...] muitas vezes completamente fora do perímetro urbano, em condições de infraestrutura e acessibilidade aos transportes e serviço precárias”.

Tais ações têm impacto direto na forma de produção do espaço local, especialmente em cidades pequenas e médias, que se veem obrigadas a investir em ações de infraestrutura social e urbana, aí inclusas intervenções em mobilidade urbana, educação, assistência social e saúde. Dada à dimensão dos fatos, é insofismável aludir que muitos municípios estão desprovidos de recursos para efetivação de tais investimentos, o que leva, muitas vezes, ao processo de progressiva decadência social e física dos habitacionais e respectivos moradores (CARDOSO, 2016), que apartados da dinâmica central, são quase obrigados a mergulhar na informalidade, e muitas vezes na criminalidade, como exemplo do tráfico de drogas.

Outros elementos que podem ser evocados para o debate, estão relacionados ao processo de municipalização das ações de provisão habitacional e a problemática da autoconstrução de moradias. Sobre o primeiro ponto, Cardoso (2016), explica que muitos municípios brasileiros têm dificuldades administrativas e financeiras, o que impossibilita uma efetiva ação no campo das políticas sociais, especificamente no espaço habitacional. Essa nuance vem se alargando com o processo de esvaziamento dos preceitos postos no SNHIS, que abria espaço para a participação e gestão local, investindo na capacidade institucional, garantindo recursos para o campo da habitação social nos municípios. Sobre a questão da autoconstrução, Andrade (2015, p. 17), ilustra que “[...] a maioria das habitações, de 50% a 80% de acordo com especialistas, continua sendo construída no país por autogestão ou autoconstrução, sem assistência técnica e em locais inapropriados”. Situação que se aprofunda a cada dia, especialmente na atual conjuntura de cortes e recortes de orçamento das políticas públicas de recorte social, que intervém no campo da habitação e serviços públicos coletivos.

E quais são os impactos desse conjunto de elementos hoje? Quais as expectativas podem ser lançadas para o futuro? Com tais indagações, recuperaremos o debate sobre o Estado e a habitação no Brasil em tempos presentes.

Com as crises econômicas e políticas que sucederam os anos de 2015 e 2016, a política urbana vem sofrendo com uma significativa deterioração e esvaziamento. Com o golpe político de 2016, que coloca no poder o senhor Michel Miguel Elias Temer Lulia (Michel Temer), o país passa por uma avalanche de reformas de cunho neoliberal.

A aprovação do Projeto de Emenda Constitucional que restringe os gastos públicos por 20 anos, ou como era conhecida, a PEC da Morte, abre espaço para um crítico debate sobre os rumos das políticas públicas no Brasil, especialmente às de caráter social, como saúde, educação e assistência social, que já projetam perdas e fragmentações nos próximos anos, com

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



os cortes no orçamento. Mas o pacto do terror não se resume a isso, as propostas de reforma trabalhista e reforma da previdência, deixam o futuro incerto para a classe trabalhadora, que já cogita a dissolução de direitos e conquistas legais, no campo do trabalho. Apoiado na retórica internacional de modernização do Estado, os efeitos desse “pacote de maldades”, terá forte impacto nas condições de vida dos trabalhadores, que já sentem os efeitos da crise econômica, expressa no desemprego, no aumento da violência, nos cortes de programas sociais e na alta dos preços de insumos básicos.

E no campo das políticas habitacionais, o que percebemos?

Para elucidar tal questão, partiremos de três elementos que perpassam a política hoje. O primeiro diz respeito ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por ser a principal fonte de financiamento de programas como PMCMV. A autorização do saque nas contas inativas, põe em cheque o futuro das ações, além dos possíveis impactos gerados com as reformas trabalhistas, o processo de flexibilização do trabalho e aumento da informalidade, diminuindo a arrecadação e interrompendo o financiamento habitacional no país. Um segundo elemento, relaciona-se com o aumento do déficit habitacional com a recessão, ampliado com a suspensão das contratações para a faixa 01 do PMCMV em 2016 - ressaltando que é essa faixa, que denota o programa como social, e não como uma linha de crédito imobiliário – e o aumento do preço do aluguel.

Um terceiro elemento, para nós, um dos mais alarmantes, está relacionado à aprovação da Medida Provisória 759/16, hoje Lei nº 13.465/17, instituída em 11 de julho de 2017, que dispõe sobre a regularização fundiária urbana, rural e da Amazônia legal. A aprovação da presente lei abre espaço para a descaracterização da política fundiária no Brasil, especialmente ao direcionarmos os olhares para a habitação de interesse social, que já é refém das frágeis intervenções públicas.

A remoção em massa da população de baixa renda, o encarecimento do solo urbano, o custo da moradia e a fragilização de espaços de gestão democrática, como os conselhos e associações, expõem a verdadeira face do debate contemporâneo, e a direção que a ideia de cidade vem tomando no Estado capitalista. Em uma frase, a cidade no neoliberalismo é a cidade construída em função do mercado.

Dessa forma, findamos, ao mencionar, que embora a política esteja em processo de desconstrução, e a moradia, passe a ser vista cada vez mais como mercadoria, ou como política de oferta, possibilidades ainda existem. Ao considerarmos o arcabouço jurídico formal, instituído ao longo de anos em meio às lutas e reivindicações da classe trabalhadora urbana, reafirmamos a importância das exigências e organização dos setores envolvidos diretamente



nas questões urbanas, pois como nos lembra Cardoso (2016), a luta pelo direito à moradia precisará voltar para as ruas, se prospectamos um novo horizonte político e social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na direção exposta, observamos nas intervenções do Estado a urgência em respostas imediatas aos problemas que pairam o meio urbano. Porém, as ações desenvolvidas para responder as demandas por habitação e urbanização, por exemplo, são perpassadas por uma lógica estatística que prioriza a quantificação em detrimento da qualificação das ações. Os reflexos desse conjunto de elementos podem se refletir nas condições de vida das populações inseridas nas diversas áreas urbanas atendidas – ou não - por tais ações.

Ressaltamos ainda, que na cena atual, muitos desafios se apresentam na busca da consolidação dos preceitos firmados no arcabouço legal do Estado brasileiro. A peleja histórica para que normas e diretrizes asseguradas nas Políticas e Planos habitacionais, sejam afiançadas, são uma constância na realidade atual. De outra feita, asseveramos que a provisão de moradia pelo Estado, para a faixa de interesse social, também não garante obstinação na atuação do Estado, ao mesmo tempo em que o desempenho do mercado impacta sobre as áreas pobres, evidenciando os processos de mercantilização da moradia, radicalizando-se atualmente com a onda neoliberal que perpassa todos os campos das políticas públicas de corte social no Brasil.

Assinalamos por fim, que a situação que se espraia em torno do direcionamento das políticas habitacionais, abre espaço para a ampliação das lutas sociais urbanas. Estas, que emergem no seio do atual conflito de classes. Igualmente, ao referirmo-nos a questões como o direito à habitação, saneamento básico e infraestrutura, não podemos deixar de lado, o protagonismo exercido pelos movimentos reivindicatórios e as lutas travadas pelos mesmos, na busca de um espaço urbano mais igual, inclusivo e sustentável.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eliana Santos Junqueira de. 50 anos de Política Habitacional no Brasil (1964 a 2014): passos e descompassos de uma trajetória. **Revista da Administração Municipal**. nº 283, p. 04-21, set. 2015.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



AZEVEDO, Sérgio de. Vinte e dois anos de Política de Habitação Popular (1964 – 1986): Criação, trajetória e extinção do BNH. **Revista da Administração pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p.107-119, out./dez. 1988.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Política Nacional de Habitação**. Brasília: 2004. Coleção cadernos MCidades v. 04. Habitação, 2004.

_____. **Estatuto da Cidade**: Lei n. 10257, 10 de Julho de 2001. Câmara dos Deputados, Edições da Câmara, Brasília, 2008.

_____. Ministério do Planejamento. **Programa de Aceleração do Crescimento**. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br>>. Acesso em: 22 de mar. 2017.

CARDOSO, Adauto Lúcio. **Direito à Moradia no Brasil**: retrocessos em um contexto de crise. Disponível em: <<http://diplomatie.org.br/direito-a-moradia-no-brasil-retrocessos-em-um-contexto-de-crise/>>. Acesso em 05 dez. 2017.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Banco Nacional de Habitação (BNH)**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/banco-nacional-da-habitacao-bnh>>. Acesso em: 18 de nov. 2017.

GOMES, R. C. C., SILVA, A. B., SILVA, V. P. Política habitacional e urbanização no Brasil. **Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. VII, n. 146, 2003.

GONDIM, Jorge Vinícios Silva. **Impactos Sociais das Ações do Poder Público nas áreas pobres da cidade do Recife: um exame das intervenções do PROMETRÓPOLE em sua RPA 02**. 2017. 86 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) – Curso de Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital**: e as crises do capitalismo. Trad. de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARICATO, Ermínia. **Impasses na Política Urbana no Brasil**. São Paulo: Vozes, 2011.

_____. **Metrópole, Legislação e Desigualdades**. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 17, n. 48, p. 151-197, 2003.

NOAL, Edmilson Bolson; JANCZURA, Rosane. A Política Nacional de Habitação e a oferta de moradias. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 157 - 169, jan./jul. 2011.

OLIVEIRA, Francisco de. O Estado e o Urbano no Brasil. **Espaço e Debates**. São Paulo, n. 06, jun./set. 1982.

PEREIRA, M. F. V. **A Pobreza Urbana no Brasil**: Considerações a partir das análises Geográficas. Disponível em: <<https://ssl4799.websiteseuro.com/swge5/seg/cd2008/PDF/SA08-20629.PDF>> Acesso em: 05 de mar. 2017.

RIBEIRO, I. R; SIMIONATTO, I. Estado, mercado e hegemonia burguesa na política urbana brasileira. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 7, n. 2, p. 59-73, jul./dez. 2015.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



RUBIN, Graziela; BOLFE, Sandra Ana. O desenvolvimento da habitação social no Brasil. *Ciência e Natura*, Rio de Janeiro, v. 36 n. 2 mai-ago. 2014.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: EDUSP, 2008.